

Research Paper

A Representação Jornalística das Tragédias de Brumadinho e Mariana: Afinal, do que estamos falando?

The journalistic representation of the tragedies of Brumadinho and Mariana: after all, what are we talking about?

Matheus Batista da Silva*
Carolina Lopes Araújo**
José Matheus Alves da Silva***
Janaina Siqueira Silva****

RESUMO

Assumindo que a mídia de audiência massiva afeta a percepção da sociedade, este trabalho analisa a representação jornalística, dos rompimentos de barragens da mineradora Vale nos municípios brasileiros de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Recorreu-se às categorias sociodiscursivas da Análise de Discurso Crítica (ADC), assistida pelo software webQDA, para analisar representação dos eventos e dos atores envolvidos nas tragédias, bem como a atribuição de responsabilidade e o espaço de fala concedido pela mídia aos diferentes atores sociais. Foram analisadas 19 notícias publicadas nos portais jornalísticos online brasileiros G1 e Folha de São Paulo e nos internacionais BBC e New York Times. Os dados revelam que a mídia atribui responsabilidade pelas tragédias à empresa e ao poder público, mas representa a “lama” como protagonista da destruição, ativando o discurso de causas acidentais, com apagamento da natureza criminosa dos eventos. Observa-se certa gradação na representação das vítimas, com relativização das perdas, impersonalização das vítimas fatais e prioridade concedida aos testemunhos individuais levando ao apagamento dos danos difusos e coletivos. Ao tratar das ações de reparação, a mídia representa a empresa como portadora de socorro e soluções, levando a uma subversão semântica em que o agressor se torna salvador. A relação de poder que se revela pela representação discursiva na mídia dos casos de Mariana e Brumadinho contribui para a manutenção de estruturas sociais com elevados custos ambientais, políticos e sociais para o Brasil.

Palavras-chave: Brumadinho; Mariana; mídia digital; representação discursiva; Análise de Discurso Crítica (ADC).

* Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasil. E-Mail: mathewsb.silva@gmail.com;

**Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasil. E-Mail: carolinaaraujo@unb.br;

***Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Brasil. E-Mail: mathsilva411@gmail.com;

**** Faculdade UnB Planaltina da Universidade de Brasília, Brasil. E-Mail: siqueira.janaina6@gmail.com.

ABSTRACT

Taking that mass audience media affects society's perception, this paper analyzes the journalistic representation of the mining company Vale dam bursts in the Brazilian municipalities of Mariana (2015) and Brumadinho (2019). Critical Discourse Analysis (CDA), assisted by the webQDA software, was applied on nineteen articles published in the Brazilian online journalistic portals G1 and Folha de São Paulo and in the international BBC and New York Times. The socio-discursive categories were the basis for the analysis of the representation of events and the actors involved in the tragedies, and for the study of the representation of the attribution of responsibility and the space for speech granted by the media to different social actors. The analysis revealed that the media assigns responsibility for the tragedies to the company and the government, but it is the “mud” that is taken as the protagonist of the destruction, what so activates the discourse of accidental causes and wipe out the criminal nature of the events. There is a certain gradation in the representation of victims in the media, which modulates losses, impersonalizes fatal victims, and focuses on individual testimonies, diverging the attention from the broad, diffuse, and collective damages. When talking about reparation actions, the media represents the mining company providing help and solutions for the affected community, what so leads to a semantic subversion in which the aggressor becomes a savior. The discursive revealed that the media representation about the dam bursts in Mariana and in Brumadinho contributes to the maintenance of social structures with high environmental, political, and social costs for Brazil.

Keywords: Brumadinho; Mariana; dam bursts; digital media; discursive representation; Critical Discourse Analysis (CDA).

Received on: 2021/06/21

Approved on: 2021/08/26

Evaluated by a double blind review system

1. INTRODUÇÃO

Em 5 de novembro de 2015, o Brasil presenciou o maior desastre ambiental da história do país – e um dos maiores do mundo (Ministério Público Federal, s/d). No município de Mariana (MG), a Barragem do Fundão, uma barragem de contenção de rejeitos da mineradora Samarco controlada pela Vale e pela BHP Billiton, colapsou despejando mais de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos e, assim, soterrando grande parte do

Distrito de Bento Rodrigues, ceifando a vida de 19 pessoas, desalojando várias famílias e inaugurando um rastro de destruição que atingiu 41 cidades e 3 reservas indígenas ao longo de quase 500 km até a foz do Rio Doce na cidade de Linhares (ES). Três anos depois, o pesadelo volta à tona em 25 de janeiro de 2019 com o rompimento da Barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho (MG), também sob responsabilidade da mineradora Vale. Essa tragédia humana foi ainda maior do que o caso de Mariana (MG). Uma enxurrada de 9,7 milhões de m³ de lama soterrou 270 vidas humanas e causou outras perdas graves para a sociedade, o ambiente e a economia da região (Folha de São Paulo, 2020).

O Brasil possui um histórico significativo de tragédias envolvendo grandes empresas e a destruição do meio ambiente, mas os acontecimentos de Mariana e Brumadinho assumem contornos de crimes, dada a grandeza dos impactos ambientais e pela falta de recursos protetivos dos direitos das populações afetadas. O rompimento das barragens foi considerado desastre anunciado, já que inconsistências de cálculos e indícios de abalos físicos constantes nos laudos de avaliação técnica dessas estruturas preconizavam o perigo iminente (Girundi, 2016). A Organização das Nações Unidas (ONU) considerou violação aos direitos humanos os impactos sofridos por seis milhões de pessoas afetadas pelo rompimento da barragem em Mariana (ONU News, 2016). O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) reconhece a reincidência criminosa no caso de Brumadinho (Brasil, 2019).

A mídia jornalística assume papel central ao noticiar e difundir informações sobre os casos dos rompimentos das barragens em Mariana e em Brumadinho, em âmbito nacional e internacional, com poder de influenciar a opinião pública e, assim, contribuindo para gerar pressão social por respostas e por adoção de medidas para fazer justiça aos milhares de vítimas fatais e sobreviventes. Assumindo que os discursos são parte das práticas sociais (Fairclough, 2012), a análise discursiva crítica da representação dos eventos e de seus atores na mídia jornalística lança luz à percepção sobre seus desdobramentos. Especificamente neste artigo, busca-se desvelar como os textos representam os acontecimentos de colapso da Barragem do Fundão (Mariana) e da Barragem da Mina do Feijão (Brumadinho) e suas vítimas, a atribuição de responsabilidade pelos danos e pelas reparações e o espaço de fala concedido pela mídia aos diferentes atores sociais envolvidos nas tragédias.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho analisou discursivamente 19 textos publicados nos portais jornalísticos brasileiros G1 (Globo), UOL (Folha de São Paulo), e nos portais internacionais BBC (British Broadcasting Corporation) e The New York Times sobre os acontecimentos em Mariana e Brumadinho.

A composição da base de dados considerou os principais veículos de comunicação na categoria “mídia digital” listados no Ranking de Audiência de Mídia online no Brasil do Relatório de Monitoramento da Propriedade da Mídia – Media Ownership Monitor – segundo seu alcance de audiência e “seu potencial de influenciar a opinião pública” (Reporters Without Borders; Intervezes, 2017, p. 16). O Relatório destaca a grande concentração de audiência digital nos portais de notícias “Globo.com” e “UOL”, do Grupo Globo e do Grupo Folha respectivamente. O Ranking de Audiência de Mídia online no Brasil inclui um único portal estrangeiro – BBC – dentre os 10 veículos mais acessados no Brasil. Nos portais online desses veículos (Globo, Folha de São Paulo e BBC Brasil) foram colhidas as matérias mais acessadas contendo o termo-chave “Mariana” e/ou “Brumadinho” publicadas em três momentos específicos: no dia em que ocorreu cada uma das tragédias, uma semana após o ocorrido e ao se completar um ano dos acontecimentos, computando, assim 18 textos no corpus de análise.

Para complementar a análise sobre a mídia internacional, julgou-se necessário incluir, além do BBC, mais um canal de mídia estrangeiro. Assim, a reportagem especial sobre o caso de Brumadinho (2019), que resgata a memória sobre o caso de Mariana (2015), publicada pelo portal The New York Times, em sua versão em língua portuguesa, foi tomada como o 19º texto analisado.

A comunicação midiática tem, entre outros, o objetivo de difundir temas significativos para a sociedade. Sobre o poder da mídia, Mendonça (2020) aponta que a mídia dissemina modos de ver o mundo aptos a contribuir para a manutenção de estruturas sociais. A mídia exerce, também, um poder mediador ao “selecionar fontes de informação e assuntos para as histórias, ao seguir rotinas jornalísticas consagradas, ao decidir atores representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial como será dito” (van Dijk, Discurso e poder, 2015, p. 73).

A Análise de Discurso Crítica (ADC) considera a dinâmica transformacional que se realiza entre linguagem e sociedade (Fairclough, 2012), assumindo que a análise textual revela aspectos das práticas sociais (Ramalho & Resende, 2011) ao mesmo tempo em

que pode provocar mudanças sociais (Resende & Acosta, Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social, 2018).

Recorreu-se às categorias sociodiscursivas da ADC para o exame dos textos. Neste trabalho, focalizamos as análises nas categorias da “escolha lexical e campo semântico ativado”; dos “modos de referência” e da “interdiscursividade” (Ramalho & Resende, 2011) investigando como a representação midiática das tragédias de Brumadinho e Mariana pode desvelar – e ao mesmo tempo afetar – a percepção da sociedade sobre esses eventos. O software de análise qualitativa webQDA (Souza, Costa, & Moreira, 2019) auxiliou o tratamento, a codificação e a análise dos dados.

Categorias temáticas ajudaram a preparar o material para a análise. De modo a distinguir diferentes danos consequentes ao rompimento das barragens, embasou-se nos tipos de violação de direitos humanos elencados na Resolução 14/2019 do CNDH (Brasil, 2019) para criar categorias temáticas nas quais foram codificados os excertos dos textos com referências a: I. Homicídios; II. Deslocamentos compulsórios; III. Danos físicos humanos; IV. Danos Materiais; V. Danos ambientais; VI. Prejuízos e impactos econômicos; VII. Prejuízos e impactos sociais e culturais.

Para a análise de representação de atores sociais, foram geradas categorias de codificação na plataforma do software webQDA, do tipo “Códigos Árvore”, para reunir as referências aos seguintes atores sociais: I. Ativistas e/ou Militantes, II. Atores Internacionais, III. Comunidade Local, IV. Empresas, V. Especialistas, VI. Governo e VII. Organizações Não Governamentais (ONGs). Os “códigos árvore” permitem o desdobramento em subcategorias, que foram geradas a partir dos termos de referência a esses atores utilizados nos textos. Seguindo a mesma lógica, também foi criada a categoria “modos de referência aos eventos”, com subcategorias em que se codificou trechos dos termos com os termos utilizados para se referir aos eventos.

Para a análise da intertextualidade, procurou-se identificar a inserção da fala dos atores sociais transcritas (discurso direto) ou reportadas (discurso indireto) nas matérias jornalísticas sob análise. Assim, dentro de cada uma das sete categorias de atores sociais elencadas acima, foram criadas duas subcategorias: uma de fala do ator – para reunir excertos que marcam o espaço de palavra concedido aquele ator social; e outra categoria de fala sobre o ator – para reunir os excertos de textos em que o ator social era referido, seja pela voz autoral ou por meio da fala de outrem.

A análise da “escolha lexical e campo semântico ativado” foi auxiliada pela ferramenta

“questionamento” de “palavras mais frequentes” do software webQDA. A partir do relatório gerado na plataforma webQDA, foi possível elencar as palavras mais recorrentes em uma tabela e, então, em um processo analítico manual, associar cada um dos termos a um campo de significado pertinente para este estudo. Os passos do percurso metodológico utilizados neste estudo estão sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1. Passos do percurso metodológico da análise dos textos de notícias de portais de mídia online

1º passo	Formulação das questões de pesquisa	Identificar e analisar “quais são as vozes e discursos predominantes nas notícias nacionais e estrangeiras sobre os casos de Mariana e Brumadinho”
2º passo	Definição de critérios para a coleta dos dados	Explorar e selecionar portais de notícias nacionais e internacionais mais visitados no Brasil que noticiaram as tragédias de Mariana e Brumadinho
3º passo	Leitura exploratória dos dados	Identificar as categorias temáticas e as categorias sociodiscursivas (ADC) a serem aplicadas nos textos do corpus de análise.
4º passo	Tratamento dos dados	Importar os materiais para a plataforma webQDA e atribuir descritores que caracterize as fontes. Gerar categorias de codificação e codificar os textos que compõe a base de dados nas categorias temáticas e nas categorias sociodiscursivas.
5º passo	Análise qualitativa assistida pelo software webQDA	Analisar os dados a partir das categorias sociodiscursivas da Análise de Discurso Crítica (ADC). Gerar relatórios de “questionamento” na plataforma webQDA. Para este trabalho, foram úteis os relatórios de palavras mais frequentes (aplicado a todo o corpus de análise e a categorias específicas), de pesquisa do texto (para verificar padrões de colocação do termo “lama”) e matrizes de codificação, para o cruzamento de codificação das categorias temáticas e das categorias sociodiscursivas.
6º passo	Exportação dos relatórios de “questionamento”.	Exportar os relatórios gerado na plataforma webQDA e gerar elementos visuais de síntese (quadros, gráficos e figuras) pra complementar a apresentação e discussão das análises. Neste trabalho, os relatórios foram exportados em formato de imagem (.png) e de planilha (.xls) e foram usados os programas Paint e Excel para a edição e manuseio dos relatórios.

Fonte: Elaboração própria

As análises permitiram estudar a produção discursiva na mídia e a representação dos trágicos eventos de rompimento das barragens nos municípios de Mariana (em 2015) e Brumadinho (em 2019) e suas nefastas consequências. Com base na perspectiva da ADC, que busca entender a relação linguagem-sociedade, foi definido o paradigma interpretativo crítico que permitiu problematizar a influência da mídia na formação de opinião pública acerca das tragédias.

3. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC) COMO TEORIA E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

A Análise de Discurso Crítica (ADC) fornece elementos para a realização de pesquisas qualitativas de discurso, sendo seu principal material empírico o texto (Ramalho & Resende, 2011). Para Fairclough (2012), a ADC é, ao mesmo tempo, uma teoria e um método analítico com atenção especial para os processos de representação discursiva e para as relações de força entre atores sociais.

Propondo-se como uma abordagem interdisciplinar e crítica, as investigações em ADC analisam discursivamente questões sociais. As pesquisas em ADC assumem posição explícita em relação ao tema de investigação e, assim, rompem com a imparcialidade científica (Resende, 2012). Para van Dijk (van Dijk, 2005, p. 352), o caráter posicionado da ADC se explica por estudar “principalmente as formas como o abuso do poder social, a dominação e a desigualdade são conquistados, reproduzidos e contestados, por meio de textos, no contexto social e político”. A ADC fornece categorias analíticas que auxiliam na investigação de efeitos de textos em práticas sociais e vice-versa, permitindo identificar formas particulares de significar e representar o mundo (Ramalho & Resende, 2011).

Neste trabalho, aplicam-se as categorias sociodiscursivas da ADC nos textos de notícias publicadas nos portais *online* dos principais veículos de mídia brasileira e internacional em busca de acessar como a representação midiática das tragédias de Brumadinho e Mariana pode desvelar – e ao mesmo tempo afetar – a percepção da sociedade quanto a esses eventos.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Para verificar os campos semânticos ativados pelas escolhas lexicais nos textos, realizou-se uma pesquisa com a ferramenta "Palavras mais frequentes" presente no menu “Questionamentos” do webQDA. A nuvem de palavras apresentada na Figura 1 contém os 100 termos mais recorrentes nos 19 textos jornalísticos que compõe o corpo de análise. Os termos “barragem” (214 ocorrências); “barragens” (86 ocorrências) e “rompimento” (109) foram suprimidos a fim de priorizar a análise comparativa da ocorrência de outros termos relevantes nos documentos. Compõem a Figura 1, portanto,

somente os termos que se repetem entre 135 vezes (“Vale”) e 22 vezes (“minério”; “ministério” e “hoje”).

O vocábulo “Vale” é o mais frequente, com 135 menções; que se somam às 108 vezes em que o termo “empresa” foi mencionado. A alta recorrência de menções à mineradora Vale S.A. indica a relevância da empresa nas representações das tragédias de Mariana e Brumadinho, sendo ainda um indicativo do discurso de responsabilização pelo rompimento das barragens e danos consequentes. Entretanto, chama atenção a alta recorrência do termo “lama”, do qual se contam 125 repetições nos textos analisados.



Figura 1. Palavras mais frequentes no corpus de análise

Fonte: Elaborado própria com o *software* webQDA.

Coube, assim, a análise de colocação, com vista a identificar o contexto (termos que se avizinham do termo raiz) em que o termo “lama” surgiu nos textos. Para Fairclough (2003), as colocações são padrões mais ou menos regulares de co-ocorrência entre palavras, os quais se pode observar pelas palavras que precedem e que seguem com maior frequência a palavra que esteja em foco.

Em diversos trechos das notícias é possível observar que o termo “lama” é o agente dos processos de destruição, sendo assim representada como a geradora dos danos consequente ao rompimento das barragens. Silva, Araújo e Silva (2020, p. 383) identificaram que, na representação dos impactos derivados do rompimento das

barragens, “o ator central do acontecimento é a lama que cobriu as empresas, casas e a comunidade local”.

Vale realçar dois efeitos importantes sobre compreensão dos eventos da referência ao agente de destruição por impersonalização e objetificação (van Leeuwen, 2008), isto é, assumindo-se por um causador (sujeito) inanimado: a “lama”. Primeiramente, atribui-se responsabilidade pela tragédia a um ator ao qual não é possível imputar culpa, assim prestando-se a subtrair a responsabilidade daqueles que deveriam de fato responder pelos acontecimentos. E, para além disso, associa o rompimento das barragens a causas naturais, ativando o discurso de causa accidental das tragédias.

4.1 Representação dos eventos: violação de direitos e responsabilização

Ao analisar a representação dos eventos na mídia jornalística, tem-se que os acontecimentos do rompimento das barragens e seus danos consequentes são referidos por termos de conotação negativa, mas neutros no que concerne à atribuição de responsabilidades. O Quadro 2 apresenta termos de referência aos eventos, listados por ordem de ocorrência no corpo de análise.

Quadro 2. Termos usados para representar nos desastres de Mariana e de Brumadinho

Termo	Ocorrências	Responsabilização
Rompimento	62	neutralidade
Tragédia	55	neutralidade
Acidente	25	não responsabilidade
Desastre	25	não responsabilidade
Crime	7	responsabilidade
Dano	6	responsabilidade
Incidente	4	não responsabilidade
Catástrofe	2	neutralidade
Negligências	2	responsabilidade
Fatalidade	1	não responsabilidade

Fonte: Elaboração própria

É interessante observar que os termos “acidente” (25 ocorrências); “desastre” (25

ocorrências), “fatalidade” (1 ocorrência) e “incidente” (4 ocorrências) aportam uma conotação de que não seria possível apontar responsáveis pelos acontecimentos, eximindo qualquer culpabilização pelos eventos. Contrariamente, os termos “crime” (7 ocorrências), “dano” (6 ocorrências) e “negligência” (2 ocorrências) clamam para que se apontem os responsáveis pelos eventos. Já os termos “catástrofe” (2 ocorrências); “rompimento” (62 ocorrências) e “tragédia” (55 ocorrências) reforçam a conotação negativa dos eventos, mas não atribuem a noção de responsabilidades, ou seja, são termos neutros quanto ao sentido de responsabilização.

A maior parte dos termos de referência aos eventos não atribuem responsabilidade pelos acontecimentos (4 termos) ou são neutros no que concerne à responsabilização (3 termos), sendo que apenas 3 dos termos usados para se referir aos eventos ativa o discurso da responsabilização, como se vê no anel interno da Figura 2. No que concerne ao número de ocorrências desses termos, tem-se que em apenas 8% das referências houve alusão à responsabilização pelos eventos e seus danos consequentes, como apresenta o anel externo da Figura 2.

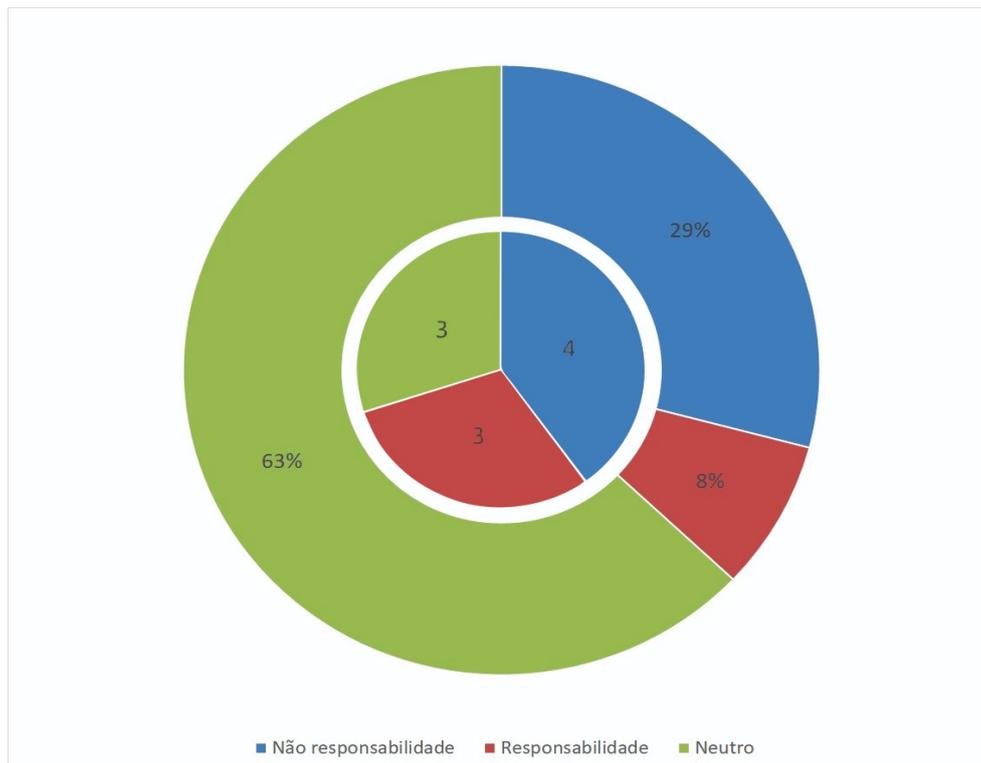


Figura 2. Responsabilização conotada nos termos de referência às tragédias de Mariana e de Brumadinho (em quantidade de termos utilizados – anel interno e em ocorrência dos termos – anel externo)

Fonte: Elaboração própria

Ao priorizarem as palavras “neutras” para representar as tragédias e “lama” como protagonistas das ações de destruição, a mídia discursivamente oculta a violação a direitos humanos e passa ao largo da recomendação do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) de reconhecer como “desastre criminoso” o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, de acordo com a Resolução 14/2019 publicada no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019). Concernente ao rompimento da barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho, o CNDH manifesta sua indignação “com a recorrência de uma grave violação de direitos humanos” em Nota Pública divulgada em 28 de janeiro de 2019 (Brasil, 2019).

Mesmo sem caracterizar a natureza criminosa dos ocorridos e sem acionar o discurso de responsabilização, a mídia não se furta a noticiar os danos e sofrimentos consequentes às tragédias. A Figura 3 sintetiza a representação desses crimes nos textos analisados.

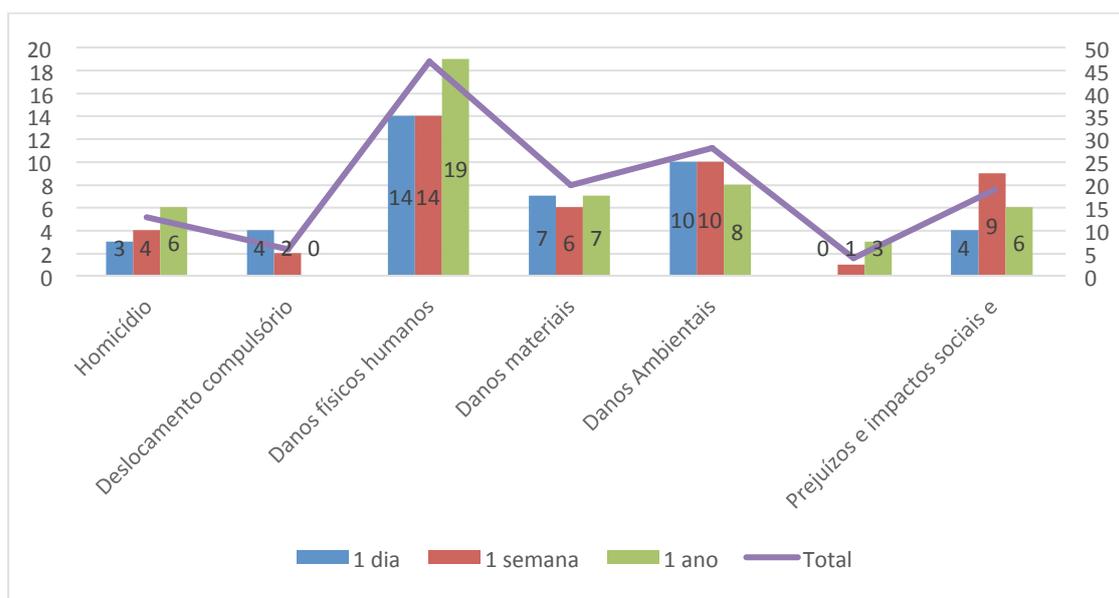


Figura 3. Evolução temporal representação violação direitos na mídia sobre as tragédias de Mariana e Brumadinho

Fonte: Elaboração própria

Interessante observar que os danos físicos humanos são os mais recorrentemente representados nas reportagens, sendo que em muitas passagens percebe-se a interdiscursividade com o pleito por indenizações por parte da empresa. O mesmo ocorre quando representados os danos materiais.

Quando referidos os danos ambientais, tem-se a preocupação com a reparação dos

mesmos por intervenção direta por parte das empresas responsáveis pelas barragens rompidas, e não por compensação financeira. A representação dos danos ambientais também dialoga nos textos com o discurso de acirramento da legislação ambiental e de questionamento dos requisitos de segurança para as atividades de mineração. O texto representa o discurso do “ecocídio” ao representar as amplas dimensões dos danos ambientais causados pelo rompimento das barragens e estabelece relação com os impactos sociais e culturais causados em comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais das áreas afetadas ao longo do curso d’água do Rio Doce. O Tribunal Penal Internacional, em seu Policy Paper on Case Selection and Prioritisation (ICC, 2016), recomenda prioridade aos crimes de destruição do meio ambiente e de violação de direitos de grupos minoritários, dada a gravidade.

A representação de “homicídio” somente foi assim categorizada nas passagens de texto em que a relação de causa-efeito entre o rompimento da barragem e a morte de pessoas estava explícita, ou quando o texto aludia à responsabilidade pelas mortes. Portanto, passagens sobre vítimas fatais, sem alusão direta à causalidade e/ou à responsabilização, não foram codificadas na categoria “homicídios”. Mas vale realçar que o termo “vítimas” foi aplicado quase exclusivamente às vítimas fatais. Assim, ao considerar como vítimas somente os que vieram a falecer em consequência do rompimento das barragens, a mídia subtrai grande contingente do cômputo das vítimas das tragédias.

Sobre a responsabilidade das empresas pelas acusações de crimes ambientais e homicídios, o texto enfatiza que “não é trivial provar o dolo de executivos e engenheiros” (Folha de São Paulo, 2020) por protagonizarem o “maior desastre em termos de vidas humanas dos últimos 30 anos no mundo” (Passarinho, 2019). Mas, ao referir aos acontecimentos por termos que não remetem ao discurso de responsabilização, ao conceder protagonismo de ação destrutiva a um elemento da natureza – a “lama” – e ao focalizar testemunhos das tragédias individuais dos atingidos, a mídia contribui para que os acontecimentos se esvaziem da conotação de violação de direitos humanos e passam a ser representadas como acontecimentos lamentáveis e imprevisíveis, representando-se com “casualidades nefastas”.

4.2 Representação de atores sociais e institucionais

Conforme van Leeuwen (2008) as representações de práticas sociais são construídas por pessoas particulares a partir de um determinado ponto de vista e, por isso, os atores envolvidos nas práticas sociais são representados de diferentes maneiras. Araújo, Carmo

e Fraga (2018) explicam dois modos principais para analisar a representação de atores sociais, baseados na teoria de van Leeuwen (2008): através dos Modos de Representação, estratégia que pode ser utilizada para descobrir, por exemplo, se os atores sociais são representados individualmente ou coletivamente; e os Modos de Referência, lente pela qual pode-se observar as palavras e conotações utilizadas no texto ao mencionar os atores sociais.

Para identificar os modos de referência nos textos foram mapeadas todas as menções aos atores sociais, separados em sete categorias de grupo social a que pertençam, quais sejam: I. Ativistas e/ou Militantes, II. Atores Internacionais, III. Comunidade Local, IV. Empresas, V. Especialistas, VI. Atores Governamentais e VII. Organizações Não Governamentais (ONGs).

Foram observadas variações significativas nos modos de representação da comunidade local. Os termos utilizados para representar as comunidades envolvidas nas tragédias, conforme a quantidade de codificações, foram: família/parentes das vítimas (13), moradores (11), pessoas (7), comunidade (5), mortos/corpos (5), sobreviventes (3), população (2) e afetados (1). Nota-se, nos termos de definição da comunidade local, um distanciamento do conceito de vítima. Ao fazer referência às vítimas das tragédias, as notícias referem-se especificamente às vítimas fatais, desconsiderando o fato de as comunidades também terem sido vitimadas pelos acontecimentos. Apenas a Folha de São Paulo (2015) faz referência aos afetados como ‘comunidades vítimas’. Há, ainda, uma separação clara nos textos de tratamento entre sobreviventes e vítimas fatais. Em algumas passagens dos textos o termo ‘corpos’ é utilizado para referir às vítimas fatais, que são assim representados pelo recurso da impessoalização. Já para referir às vítimas retiradas com vida dos rejeitos das barragens (da “lama”) e dos destroços das edificações é utilizado o termo “pessoa”. Ao usar o termo “corpos” para se referir às pessoas que morreram em decorrência das tragédias, a mídia contribui para o apagamento da condição humana dessas vítimas, conforme realçam Silva, Araújo e Silva (2020, p. 388).

A categoria “Governo” subdividiu-se em “Governo Federal”, “Governo Estadual”, “Ministérios”, “Órgão Ambientais”, “Prefeituras”, “Forças Policiais” e “Defensoria Pública”. Os textos fazem menção ao governo 150 vezes. Em 30 trechos o governo é representado coletivamente (menções a mais de um órgão em simultâneo), 21 referências são feitas com base na funcionalização e identificação de atores do governo

e, apenas 5 vezes, há generalização do governo com termos como o ‘poder público no Brasil’ (Folha de São Paulo, 2020).

As empresas são representadas individualmente e por nomeação. A Vale é a instituição mais mencionada nos textos (79 codificações), seguida da Samarco (40), da BHP Billiton (11) e da Tüv Süd (5), responsável pela certificação da estabilidade das barragens que se romperam.

Acerca dos qualificadores dos atores sociais, ao se referir às empresas e ao governo, a mídia assume uma posição explícita e atribui responsabilidades a esses atores. Os principais termos utilizados para qualificar o governo denotam avaliação negativa. O governo é referido como ‘despreparado’, como incapaz de atuar para proteção da população, em passagem que se referem a sua ‘inépcia’ e incompetência.

Qualificadores negativos também surgem nos textos associados às empresas Vale, Samarco, BHP Billiton e Tüv Süd. Apesar da avaliação negativa das empresas, sendo elas responsáveis pelas medidas de prevenção e de mitigação do rompimento das barragens, e seus danos consequentes, a mídia evita o discurso da culpabilidade. Reportam-se, no entanto, as ações de reparação pelas quais se representam esses atores como portadores de socorro e de soluções. Ocorre, assim, uma subversão semântica em que os causadores de toda dor e destruição passam a ser tomados como os salvadores de suas próprias vítimas.

4.3 Análise de intertextualidade: quem é chamado a falar?

A análise de intertextualidade busca descobrir quais vozes assumem protagonismo nas notícias, com legitimidade para contar os fatos ocorridos em Mariana e Brumadinho. Acosta e Resende (2018) defendem que existem diversos modos de construir a intertextualidade e que “ao dar maior ou menor espaço a uma voz, mais ou menos explicitamente, o/a autor/a do texto demonstra qual o seu alinhamento e qual a importância que atribui às vozes que atualiza em seu ato linguístico” (Acosta & Resende, 2018, p. 438).

Para identificar o espaço de fala concedido aos atores nos textos analisados neste estudo, a ferramenta “Matriz” do webQDA se mostrou útil. Com as falas dos diversos atores mapeadas e divididas em categorias, de acordo com o grupo social ao qual estes atores pertencem, a Matriz, gerada a partir da plataforma webQDA, permitiu cruzar os códigos de classificação referente aos atores sociais (fala do ator) e descritores (portal de notícia). O relatório desse “Questionamento” foi exportado para o MS Office Excel,

a partir do qual foi possível gerar a Figura 4.

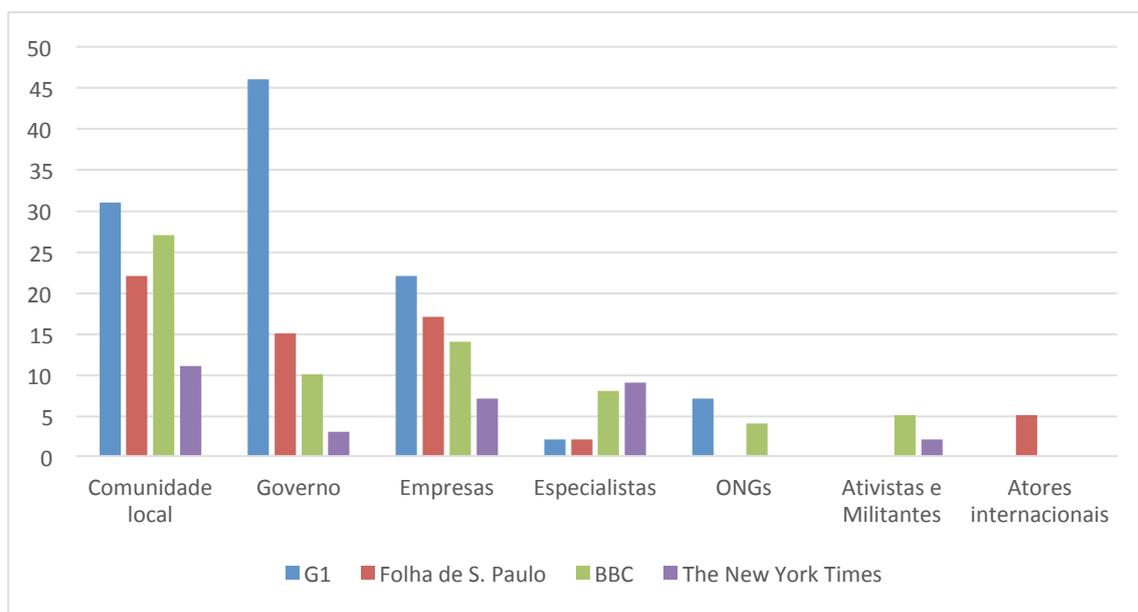


Figura 4. Cobertura quantitativa das vozes acionadas nos textos para análise de intertextualidade
Fonte: Elaboração própria

Ao reportar prioritariamente as vozes de certos atores sociais, as mídias reproduzem “maneiras de representar o mundo atreladas a determinados grupos hegemônicos, em razão da pressão discursiva que esses grupos exercem sobre o conjunto da sociedade (Acosta & Resende, 2018, p. 435). A comunidade local foi a fonte mais acionada nos textos, em 81 passagens em que se reproduz a fala dos atingidos de forma direta ou indireta. Em seguida, aparece o governo (72 codificações), empresas (57), especialistas (21), ONGs (10), ativistas (7) e atores internacionais (5).

A comunidade local se auto-representa nos textos como a principal afetada pelas duas tragédias, trazendo seus testemunhos sobre as tragédias a partir da perspectiva de quem a experienciou na condição de vítimas. Os relatos de histórias pessoais conferem legitimidade ao sofrimento dos atingidos e clamam por medidas de reparação proporcionais e urgentes. No entanto, a prioridade concedida à representação, pessoal e individualizada, do sofrimento daqueles imediatamente afetados pelos acontecimentos encobre a percepção dos danos coletivos e difusos. Além disso, o apelo às medidas de reparação aos atingidos acionam o discurso de monetarização e ressarcimento dos prejuízos, desconsiderando outras perdas não passíveis de cômputo ou reconstrução. Chama atenção o surgimento da voz do governo como a segunda mais procurada pela

imprensa. Como responsável pelas ações e políticas públicas, o governo é chamado a explicar os motivos de grandes empresas estarem envolvidas em tragédias mesmo passando por fiscalização, revelando uma atribuição de responsabilidade a esse ator social. Destaca-se, também, que as esferas do governo mais acionadas pela mídia foram os Ministérios e as forças policiais.

Apesar da fala amplamente franqueada a entes governamentais, observa-se baixo acionamento da voz do Governo Federal nas notícias sobre as duas tragédias. Vale ressaltar que durante o intervalo entre as duas tragédias, o Brasil teve três presidentes: Dilma Roussef (01/01/2011 a 31/08/2016), Michel Temer (01/09/2016 a 31/12/2018) e Jair Bolsonaro (desde 01/01/2019 até o presente). Há, no corpus, apenas uma menção à ex-presidente Dilma em referência a uma medida de caráter assistencial (Folha de São Paulo, 2015). As falas do Governo Federal revelam pouco interesse criminalizar os responsáveis pelos danos difusos de caráter socioambiental. Na fala de Jair Bolsonaro, pelo Governo Federal, sobre o caso de Brumadinho, cabe aos responsáveis lidar com as consequências do evento, sem que sejam culpabilizados: “Ele evitou listar culpados, mas disse que caberia à Vale se antecipar a problemas” (Folha de São Paulo, 2019). Ainda nesse sentido, o uso do modalizador epistêmico materializado no termo “eventuais” na referência de Jair Bolsonaro às vítimas de Brumadinho relativiza os danos e mitiga a legitimidade dos afetados como verdadeiras vítimas das tragédias.

O grande espaço de fala concedido a representantes do Governo (61 codificações) na mídia brasileira indica sua influência acerca dos fatos reportados (Fairclough, 2001; Ramalho e Resende, 2011). Já os portais internacionais priorizam as vozes da comunidade afetada pelas tragédias (32 codificações) e dos ativistas/militantes pelas causas socioambientais (17 codificações) trazendo desconfortantes questionamentos que contribuem para o confronto dos poderes públicos e empresarial. Vale realçar a ausência da voz de ativistas/militantes nos textos da mídia nacional. A exclusão desses atores cumpre função ideológica de não representar o meio ambiente como vítima das tragédias, corroborando a impunidade de crimes ambientais cometidos por grandes empresas no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo o pressuposto ontológico da ADC de que a linguagem estabelece uma relação dialética e transformacional com as práticas sociais, tem-se que a representação

discursiva das tragédias de Mariana e de Brumadinho, nos veículos de comunicação de audiência massiva, afetam a percepção da sociedade quanto a esses acontecimentos e impactam as atribuições de responsabilidade.

Ao reportar os acontecimentos do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana e o rompimento da barragem da Mina do Feijão em Brumadinho, a mídia imputa responsabilidade ao poder público e às empresas para com as tragédias e suas consequências. Porém, o agente causador da destruição é representado pela “lama”, ativando o discurso de causas acidentais dos acontecimentos, com apagamento de sua natureza criminosa.

A comunidade local é representada como a principal afetada pelas duas tragédias e lhe é concedido significativo espaço de fala para apresentar seus testemunhos quanto aos acontecimentos. Nota-se, entretanto, uma gradação na representação das vítimas, por meio da qual se relativiza os danos e se subtrai legitimidade de grande parte do contingente dos afetados. Nota-se, ainda, um apagamento dos danos difusos e coletivos em face à priorização de se reportar as tragédias individuais dos atingidos. O meio ambiente também não é representado diretamente como vítima, apesar de os eventos serem referidos com desastres ambientais.

Ao reportar as medidas reparadoras empreendidas pelas empresas, sem ativar o discurso de responsabilização, a mídia representa as empresas como parte fundamental da solução dos problemas gerados pelo rompimento das barragens, contribuindo assim para a subversão de sentidos por meio da qual o agressor se torna salvador das vítimas que ele próprio gerou.

A relação de poder que se revela discursivamente nos textos da imprensa digital clama por um questionamento ético sobre o papel da mídia, sobre a opinião pública e sua contribuição para a manutenção de estruturas sociais com elevados custos ambientais, políticos e sociais para o Brasil.

REFERÊNCIAS

- Araújo, C., Carmo, E. & Fraga, R. G. (2018). Percurso de Jovens Pesquisadores em Investigação Qualitativa Interdisciplinar embasada na Análise de Discurso Crítica (ACD) com o auxílio do software NVivo®. *VII Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa - CIAIQ 2018*. 3, pp. 154-163. Fortaleza: Ludomedia. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1725/1678>

- Brasil. (14 de dez de 2019). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos / Conselho Nacional de Direitos Humanos. RESOLUÇÃO Nº 14, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019. *Diário Oficial da União* (2), 276. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-14-de-11-de-dezembro-de-2019-236401658>
- Brasil. (26 de jan de 2019). *Nota Pública sobre o Rompimento da Barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho (MG)*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Conselho Nacional de Direitos Humanos., Brasília. https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/mocoes-e-notas/copy_of_2019.01.26NOTAPUBLICASOBREOROMPIMENTODABARRAGEMDAMINADOFEIJO.pdf
- Fairclough, N. (2012). Análise Crítica do Discurso como método de pesquisa social científica. *Linhas D'Água*, 25(2), pp. 307-329.
- Faircoulgh, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Folha de São Paulo. (11 de nov de 2015). Rompimento de barragens atinge dois distritos em Mariana (MG). *Folha de São Paulo*. <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1702906-rompimento-de-barragens-atinge-distritos-em-mariana-mg.shtml?origin=folha>
- Folha de São Paulo. (25 de jan de 2019). Barragem se rompe e casas são atingidas em Brumadinho, Grande BH , 25 jan. 2019. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/barragem-se-rompe-e-casas-sao-atingidas-em-brumadinho-grande-bh.shtml>
- Folha de São Paulo. (22 de jan de 2020). Brumadinho, 1 ano. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/01/brumadinho-1-ano.shtml>
- Girundi, D. (21 de outubro de 2016). Samarco e outras três empresas são denunciadas pela tragédia de Mariana. *GI*(Hora 1). <http://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/10/samarco-e-outras-tres-empresas-sao-denunciadas-pela-tragedia-de-mariana.html>
- ICC. (2016). *Policy Paper on Case Selection and Prioritisation*. International Criminal Court. <https://www.legal-tools.org/doc/182205/pdf>
- Mendonça, D. G. (2020). *População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, PPGL/UnB, Brasília. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/36334>
- Ministério Público Federal. (s/d). *MPU Grandes Casos: Caso Samarco*. <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>
- ONU News. (4 de nov de 2016). Íntegra do comunicado de relatores de direitos humanos sobre. *ONU News*, s/p. <https://news.un.org/pt/story/2016/11/1567971-integrado-comunicado-de-relatores-de-direitos-humanos-sobre-1-ano-da-tragedia>
- Ramalho, V. & Resende, V. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores.
- Reporters Without Borders; Intervezes. (2017). *Ownership Monitor Media Brasil: Quem controla a mídia no Brasil? MOM RSF*. <http://brazil.mom-rsf.org/br/>
- Resende, V. d. (2012). Análise de Discurso Crítica como interdisciplina para a crítica social. Em I. F. Melo, *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática* (pp. 99-112). Campinas: Pontes.

- Resende, V. d. & Acosta, M. T. (2018). Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social. *Revista de Estudos da Linguagem*, 26(1), pp. 421-454. doi: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.26.1.421-454>
- Silva, M., Araújo, C. & Silva, J. (2020). Mídia e Meio Ambiente: a representação de atores sociais em notícias sobre as tragédias de Mariana e Brumadinho. *New Trends in Qualitative Research*, 4, pp. 377 - 390. doi:10.36367/ntqr.4.2020.377-390
- Souza, F. N., Costa, A. P. & Moreira, A. (2019). webQDA. *webQDA [software]*. Aveiro, Portugal: Microio/Ludomedia.
- Souza, F., Costa, A., Moreira, A., Souza, D. & Freitas, F. (2016). *webQDA: manual de utilização rápida*. Aveiro: UA Editora. Acesso em 21 de jan de 2019, disponível em <http://hdl.handle.net/10773/16171>
- Van Dijk, T. A. (2005). Critical Discourse Analysis. Em D. Schiffrin, D. Tannen, & H. E. Hamilton, *The Handbook of Discourse Analysis* (pp. 349-371). Oxford: Blackwell Publishers Ltd. doi:10.1002/9780470753460
- Van Dijk, T. A. (2015). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- Van Leeuwen, T. (2008). *The representing of social actors*. Em T. van Leeuwen, *Discourse and practice: New tools for critical discourse analysis* (pp. 23-54). Oxford: Oxford University Press.

How to cite this article:

Silva, M. B.; Araújo, C. L.; Silva, J. M. A. & Silva, J. S. (2021). A Representação Jornalística das Tragédias de Brumadinho e Mariana: Afinal, do que estamos falando?, *International Journal of Marketing, Communication and New Media. Special Issue on Qualitative Research in Marketing and Communication*, August 2021, 75-93.